



Projeto de Lei nº 068/11

Entrada: 29/08/2011

Autoria: Pedro Nunes Filho

Assunto: Institui no Município de Votorantim, o Programa de Prevenção e Atendimento à Gravidez na Adolescência e dá outras providências.

REJEITADO NAS COMISSO	ES
sis 23 /09 , 20	11
	•
PRESIDENTE	*****
	-

Contém: 99 Folhas.

Arquive-se: 26 10/9,2011

Presidente





"Capital do Cimento"
ESTADO DE SÃO PAULO

PROJETO DE LEI Nº 068/11

Institui no Município de Votorantim, o Programa de Prevenção e Atendimento à Gravidez na Adolescência e dá outras providências.

A CÂMARA MUNICIPAL DE VOTORANTIM APROVA:

- Art. 1º Fica instituído no Município de Votorantim, o Programa de Prevenção e Atendimento à Gravidez na Adolescência dando cumprimento aos artigos 7º, 8º e 11 do Estatuto da Criança e do Adolescente, a cargo da Secretaria Municipal de Saúde, mediante colaboração dos demais órgãos municipais.
- Art. 2º O programa previsto nesta Lei será voltado para adolescentes e jovens, abrangendo a faixa etária de 12 a 21 anos e, excepcionalmente, crianças quando o caso assim exigir.
 - Art. 3° O programa deverá abranger, dentre outras prestações:
 - I Orientações sobre métodos contraceptivos;
- II Ações de prevenção nos próprios serviços de saúde e nas escolas;
- III Abrigo para adolescentes e jovens que não tenham respaldo familiar ou morem nas ruas;
 - IV Atendimento ambulatorial;
- V Acompanhamento e orientação pré-natal, envolvendo o casal:
 - VI Internação de emergência;
 - VII Atendimento psicológico grupal ou individual;
 - VIII Orientação e apoio psicossocial.
- Art. 4° O programa será vinculado à Secretaria Municipal de Saúde e se desenvolverá através de uma equipe interdisciplinar formada por médicos, psicólogos, assistentes sociais, enfermeiros e educadores.

Parágrafo único – A formação e implementação das políticas educacionais elencadas nos incisos I e II do artigo 3º será de competência da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 5º - O programa deverá obedecer aos preceitos de descentralização administrativa do SUS.

Jmrs.





"Capital do Cimento"

- Art. 6° O programa e atividades elencados de maneira não taxativa no artigo 3º deverão seguir as Diretrizes Gerais definidas pelos Conselhos Municipais de Saúde e da Defesa dos Diretos da Criança e do Adolescente.
- Art. 7° As despesas decorrentes com a execução desta Lei correrão por conta das verbas próprias consignadas no Orçamento.

Art. 8 ° - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Plenário "Pedro Augusto Rangel", em 29 de agosto de 2011.

PEDRO NUNES FILHO
Vereador

A CONSULT	ORIA JURIDICA E COMISSUES
	Pesidente
OFFE	AISSÃO DE JUSTIÇA BIDO EM
<u></u>	PRESIDENTE
A CO	AISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTOS

A COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTOS RECEBIDO EM DEVOLVIDO EM
PRESIDÊNTE

•

PRESIDENTE





"Capital do Cimento"
ESTADO DE SÃO PAULO

JUSTIFICATIVA:

Atualmente, é elevado o número de casos de gravidez de meninas da faixa etária de 12 a 21 anos, sendo que muitas dessas ainda são consideradas crianças.

Esse fator, além de tirar a inocência das jovens, está desestruturando muitas famílias. Em contrapartida, não vemos nenhuma ação por parte das Administrações Municipais; por isso, acreditamos, que o problema tem crescido de maneira incontrolável, fazendo aumentar o desemprego e fugindo do controle social da Secretaria de Saúde, aumentando a procura pelos Postos de Saúde.

Acreditamos também, que através do Programa de Prevenção por nós proposto, será possível reduzir o número de gravidez precoce entre jovens dessa faixa etária que, muitas vezes, deixam de estudar para cuidar de seus filhos.

Por todo exposto, e com a preocupação de diminuir ou até mesmo de acabar com esse problema que afeta dezenas de famílias, é que apresentamos este projeto e esperamos contar com a aprovação dos nobres pares.

PEDRO NUNES FILHO Vereador





"Capital do Cimento"
ESTADO DE SÃO PAULO

SECRETARIA DA CÂMARA EM 30/08/2011

Ao Sr. Presidente para o devido encaminhamento.
hu. Jour.
Diretoria Geral
GABINETE DA PRESIDÊNCIA EM 30/08/2011
Encaminhe-se ao Procurador Jurídico, para emissão de Parecer e após encaminhar às respectivas Comissões.
🔀 Comissão de Justiça
Comissão de Finanças e Orçamento
Comissão de Política Urbana e Meio Ambiente
Comissão de Política Social
Comissão de Economia
Comissão de Educação, Cultura, Esportes e Turismo
Comissão de Administração Pública
Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e da Cidadania
☐ Comissão de Redação
Mesa Diretora
Presidente Procuradoria Jurídica